

O peso dos animais nas urnas:

uma reflexão sobre o papel dos animais na política contemporânea

The matter of animals in the ballot boxes:

a reflection on the role of animals in contemporary politics participation

Introdução

A convivência entre animais humanos e nãohumanos é marcada por incontáveis intercessões. Alguns relacionamentos são feitos de ódio ou medo, como aqueles que envolvem as chamadas pragas. Outros, de indiferença em relação à vida, à morte e ao sofrimento, quando se trata, por exemplo, do relacionamento com os animais que servem de alimento. Há, ainda, os que são feitos de amor, nos quais os animais são chamados de estimação, companhia ou *pets*. Entre essa miríade de relações, existe também a de proteção, que mistura diversos sentimentos, entre eles a afeição e a indignação social, que podem levar, em alguns casos, à mobilização e ao ativismo. Pertencer a determinadas espécies influencia o tipo de relação que se estabelece entre humanos e animais nãohumanos; contudo, indivíduos de uma mesma espécie podem ter relações de diferentes tipos, como, por exemplo, um gato pode ser considerado de estimação ou um caso de zoonose (Baptistella e Abonizio, 2015b).

1 É professora de Jornalismo na Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat). *E-mail:* <evelineteixeira@unemat.br>.

2 É professora de Sociologia na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO) da mesma universidade. *E-mail:* <abonizio.juliana@gmail.com>.

Os movimentos que defendem os interesses dos animais elegem algumas espécies para serem alvos de suas ações e, apesar de suas diferenças epistemológicas e práticas, conforme discutiremos mais adiante, geralmente utilizam como mote a possibilidade de dar voz aos animais, já que estes, apesar de possuírem linguagem, não podem se comunicar com os humanos por meio da fala. A partir da ascensão de novas sensibilidades em relação aos animais, surge espaço para refletir sobre a participação política dos animais nãohumanos, ou de algumas espécies, uma vez que eles não são considerados sujeitos de direito e, teoricamente, não possuem meios de interferir nessa esfera da vida em sociedade.

Para o senso comum, os animais são vistos, muitas vezes, como seres sem agência, e seu potencial de intervenção na sociedade é desconsiderado. Bekoff (2010) avalia essa questão como um exemplo da relação assimétrica entre humanos e demais animais, questionando a tendência humana de ignorar a capacidade animal de ter emoções, de relacionar-se com outras espécies e de provocar alterações na realidade social. No entanto, analisando casos recentes de comoção nacional envolvendo maus-tratos com animais e a ascensão de movimentos protecionistas e abolicionistas,³ é possível notar algumas mudanças nesse cenário. Silva (2013) utiliza a questão da parceria de trabalho entre animais humanos e nãohumanos como forma de demonstrar a capacidade de agenciamento moral dos animais. “A cooperação mútua no trabalho parece estar ligada a uma atividade moral dos homens e dos animais. Há uma reciprocidade de estímulos e respostas por parte de ambos” (ibidem, p.60). Da mesma forma, encontramos tais situações em que o “pedido de socorro” de um

3 As organizações sociais em torno dos direitos dos animais têm diversas vertentes, com diferentes posturas. Os movimentos protecionistas, por exemplo, articulam-se para garantir aos animais direitos sociais, mas diferem de outros movimentos. Conforme Chuahy (2009, p. 18-19), a corrente bem-estarista, representada por Peter Singer, por exemplo, defende que os animais sejam utilizados por humanos, mas sempre com o menor sofrimento possível, enquanto os defensores dos direitos dos animais, cuja figura de proa é Tom Regan, não admitiria nenhum tipo de exploração animal, mesmo quando essas práticas resultarem em benefícios para os humanos. Há ainda a corrente abolicionista (Abonizio e Baptistella, 2016, p.133), que prega a total dissociação entre animais humanos e nãohumanos, inclusive com o fim da categoria *pet* e de toda e qualquer forma de relacionamento entre as espécies. Voltaremos a essa questão mais adiante, mostrando algumas das divisões do movimento.

animal impulsiona humanos a atuarem em defesa das chamadas causas animalistas.

Existe pelo menos um exemplo emblemático de como essa interação pode chegar à esfera política: o episódio da invasão ao Instituto Royal, no interior de São Paulo. O caso pode ser narrado sob dois pontos de vista. Para a polícia, a retirada de 178 Beagles do prédio foi tratada como furto (Oliveira, 2014, p.1). Para os ativistas da causa animal, os cães foram resgatados de uma rotina de maus-tratos e terror. A justiça viu-se com dois inquéritos: um sobre maus-tratos a animais e outro sobre furto e invasão.

A Teoria Ator-Rede, conforme Latour (2013), mostra que tanto seres vivos quanto objetos inanimados são atores e atuam em rede, de forma equivalente no desenrolar dos acontecimentos. No caso da invasão ao Instituto Royal, essa premissa ficou evidente, pois foi o comportamento dos cães que levou os ativistas a entrarem no centro de pesquisas. Na época do ocorrido, participantes da invasão/resgate relataram que estavam no local acampados quando os Beagles começaram a ganir muito alto e de forma assustadora, transmitindo uma ideia de sofrimento profundo. Foram esses sons interpretados como lamentos o estopim de um caso que acabou trazendo à tona, pela primeira vez no Brasil, uma discussão generalizada sobre o uso de animais em testes laboratoriais.

Pegue qualquer objeto: inicialmente, ele parece referente em si mesmo, com margens e limites bem definidos; então alguma coisa acontece, um golpe, um acidente, uma catástrofe, e de repente se descobrem formigueiros de entidades que parecem estar lá o tempo todo, mas que antes estavam invisíveis e aquilo aparece como uma retrospectiva necessária ao seu sustento (Latour, 2013, p. 24).

Não é possível dizer o que teria acontecido se os cães tivessem permanecido quietos durante toda a madrugada, mas também é impossível negar que seus ganidos influenciaram os humanos e, juntas, as duas espécies tornaram a questão do sofrimento das cobaias

evidente. Em entrevistas realizadas naquele período, para outra pesquisa, chamada *Entre Espécies e Ciências*, em que se investigou o uso de argumentos científicos para justificar condutas de maus-tratos aos animais, foi comum ouvirmos informantes dizerem que desconheciam as práticas de testes em animais ou que achavam que apenas ratos eram utilizados nesses processos.

Assim, este artigo propõe discutir como os laços afetivos entre algumas espécies de animais humanos e nãohumanos estão articulados em ações de proteção que têm impacto na política, relativizando a máxima de que animais não votam, pois, se não o fazem diretamente, certamente têm peso garantido nas urnas.

Claro que animais nãohumanos sempre estiveram, de alguma forma, na agenda política, afinal o gado atua fortemente na bancada ruralista, mas tais animais não eram considerados sujeitos, apenas objetos, e não estava em questão seu direito à vida e à dignidade, como agora é pautado pelos movimentos ligados à sua defesa. Assim, para investigar situações em que os animais tiveram representatividade política a partir da mobilização em torno da dignidade de sua vida, utilizamos um aporte interdisciplinar da corrente *Human-Animal Studies* (HAS).

A corrente de pesquisa HAS, também conhecida como antrozoologia ou estudos animais, não estuda os animais em si, como a etologia ou a zoologia; antes se ocupa de desvendar a interação entre humanos e animais e o modo como os últimos ocupam espaços sociais e culturais, compreendendo como suas vidas cruzam-se com as dos humanos (DeMello, 2012).

A linha de estudos animais mobiliza diversos saberes para discutir a presença animal na sociedade e suas relações com os humanos. Rejeitando a tradicional separação entre natureza e cultura, essa teoria vem ganhando espaço, ao mesmo tempo em que crescem as inquietações a respeito do tema na sociedade contemporânea. Por isso, sua marca é trazer os animais para o centro dos debates, e não apenas os tratar como um elemento a mais para refletir sobre a condição humana. Entre as disciplinas que se entrelaçam nessa corrente estão

etologia cognitiva, neurociência, psicologia, veterinária, sociologia, antropologia, direito, economia, geografia, entre outras.

[...] sem dúvida, no curto prazo haverá mais ligações entre disciplinas existentes. Muitas faculdades já oferecem cursos em que os temas relacionados a animais são unidos a tópicos tradicionalmente ensinados em cursos separados (por exemplo, literatura, religião, e temas relacionados a animais) (Waldau, 2013, p. 7475, tradução nossa).

Em termos práticos, os dados foram construídos por meio de observações e entrevistas com ativistas da causa animal realizadas na cidade de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Também retomamos casos de repercussão nacional que nos auxiliaram a contextualizar a discussão sobre a participação dos animais na esfera política. Foram entrevistadas seis protetoras que residem em Cuiabá e que atuam no movimento animal de diferentes formas, seja administrando abrigos, seja socorrendo animais de rua, seja doando dinheiro para Organizações Não Governamentais (ONGs), seja fazendo mobilizações pela internet. Cabe-nos ressaltar que a observação e as entrevistas foram realizadas no contexto de uma pesquisa maior intitulada *O Lugar Social dos Animais na Sociedade Contemporânea*, que se encontra em desenvolvimento na Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Os dados construídos para um objetivo mais amplo foram reanalisados para o conteúdo deste artigo de forma inédita.

Novas sensibilidades

Segundo Pinker (2013), maltratar animais foi uma regra entre as diversas sociedades humanas ao longo da história. Como acontece ainda hoje com os rodeios e a pesca esportiva, algumas práticas que

hoje são consideradas cruéis⁴ contra animais eram oficializadas como esporte e tinham ampla aceitação coletiva em outros momentos históricos. Entre as práticas populares citadas pelo autor, estavam competições em que porcos eram mortos a porretadas, e gatos a cabeçadas. Esses exemplos extremos mostram que havia espaço para uma reação que se materializou mais fortemente no século XIX.

As primeiras leis de proteção animal surgiram em 1822, na Inglaterra, e baseavam-se na noção de que conter os maus-tratos aos animais era uma maneira de diminuir também a violência entre humanos – ou seja, os interesses humanos apareciam como os principais motivos para a adoção de normas que visassem ao respeito aos animais.

Certamente não havia nada de novo na ideia de se condenar a crueldade desnecessária com os animais. Tal opinião foi sustentada por muitos moralistas clássicos; foi avançada pelos escolásticos medievais, e reiterada no início do período moderno. Mas ela não nascia de qualquer consideração particular para com os animais, ao contrário, se os moralistas condenavam os maus-tratos aos bichos, era geralmente por pensarem que tinham um efeito brutalizante sobre o caráter humano, tornando os homens cruéis entre si (Thomas, 2010, p. 212).

Mesmo com o antropocentrismo presente, tal como discutido por Thomas (2010), essas mobilizações ajudaram a coibir práticas muito antigas que passaram a ser consideradas cruéis, que incluíam

4 O conceito de crueldade animal pode variar conforme a época, o local e o lugar social dos envolvidos nas práticas. Durante a pesquisa realizada em Cuiabá, a maioria dos protetores entrevistados, por exemplo, comia carne. Para Thomas (2010, p.270), a condição de prática cruel oscila especialmente conforme os interesses em questão: ser contrário à caça não era impedimento à pesca e caçadores que dizimavam a vida silvestre manifestavam seu amor por cães e cavalos. Baptistella (2015) lembra que é o elo afetivo estabelecido com os humanos que vai determinar o tipo de tratamento oferecido a determinado animal e a própria avaliação sobre o que é ou não crueldade – sendo admitido, assim, que, em uma propriedade rural, por exemplo, centenas de bois sejam mandados para o abate periodicamente, mas um animal em específico, que conquistou o afeto do administrador, tenha sido alvo de esforços para ter sua morte evitada. Os próprios movimentos de proteção mostram tais dicotomias, com a existência da já citada corrente bem-estarista, que admite a exploração animal desde que fundamentada na consideração igual dos interesses de todos os envolvidos.

o açulamento e as rinhas. Pinker (2013) afirma que essas medidas fizeram parte de uma extensão da Revolução Humanitária e visavam, principalmente, reduzir os esportes sangrentos e preservar os animais de trabalho, como cavalos e bois. Pouco tempo depois, em 1824, também na Inglaterra, foi fundada a primeira entidade oficial de proteção que se tem notícia: a Sociedade para Prevenção da Crueldade aos Animais (Chuahy, 2009, p. 17).

Para uma parcela da sociedade, entretanto, essas ideias não eram vistas com naturalidade e a adoção de comportamentos coletivos de respeito aos animais, por meio de leis, parecia um abuso ou até mesmo uma piada.

Em 1821, quando o Parlamento britânico examinou a primeira dessas medidas – uma proibição dos maus-tratos contra cavalos –, provocou acessos de riso em parlamentares e comentários de que ela conduziria à proteção de cães e até de gatos. Dentro de duas décadas foi exatamente o que aconteceu (Pinker, 2013, p. 209).

Com avanços e retrocessos, tentativas de mobilização ou de descrédito dessas iniciativas, a vida humana continuava na dependência das vidas dos animais, que serviam de transporte, de diversão, de vestimenta, de alimento e de força de trabalho. A ciência legitimava essas práticas, já que, desde Descartes, os animais eram considerados autômatos. Apesar de pontuais questionamentos acerca da característica autômata dos animais, não se tinham grandes dúvidas de que “animais eram animais” e “gente era gente”, e que tais esferas estavam bem separadas. Naquele momento, a ciência não faria grande coisa para mudar essa crença. Pelo contrário, os argumentos científicos ajudavam a justificar a dominação sobre as demais espécies (Baptistella, 2015, p. 25-26).

De acordo com Thomas (2010), muitos eram os aspectos utilizados para diferenciar homens e animais no passado: fala, beleza, fisiologia, inteligência e razão estavam entre eles. Dizer que eram limitados intelectualmente ajudava principalmente a justificar o comportamento

predatório ou indiferente em relação aos animais e seus interesses. Para Ingold (1994), os conceitos de humanidade e animalidade são construções que ajudam a criar a própria identidade dos humanos.

Dos clássicos até os dias de hoje, os animais têm ocupado uma posição central na construção ocidental do conceito de “homem” – e, diríamos, também, da imagem que o homem ocidental faz da mulher. Cada geração reconstrói sua concepção própria de animalidade como uma deficiência de tudo o que apenas nós, os humanos, supostamente temos, inclusive a linguagem, a razão, o intelecto e a consciência moral (Ingold, 1994, p. 14-15).

Somente a partir da segunda metade do século XX foi que a inclusão dos animais nas esferas moral e afetiva humanas ganhou um novo impulso, mais especificamente na década de 1970, quando um grupo de filósofos da Universidade de Oxford uniu-se para estudar o *status* moral dos animais na sociedade contemporânea. Desse círculo, derivaram obras emblemáticas, como *Jaulas Vazias*, de Tom Regan, e *Libertação Animal*, de Peter Singer. Na área das chamadas “ciências duras”, surge a etologia cognitiva, que coloca os animais na ciência sob uma nova perspectiva:

[...] a etologia cognitiva é o estudo comparativo, evolutivo e ecológico da mente dos animais. Ela se concentra no modo como os animais pensam e no que sentem, inclusive as suas emoções, crenças, raciocínio, processamento de informações, consciência e autoconsciência (Bekoff, 2010, p. 51-52).

Na esteira dos anos 1990, que Prada (2011, p.14) classifica como década do cérebro, os estudos de neurociência voltam-se para os animais nãohumanos, com pesquisas sobre autodomesticação (Hare, 2012) e análise de estados mentais a partir de ressonância magnética funcional (Berns, 2013).

Essas novas frentes de pesquisa centravam-se nos estados subjetivos dos animais e traziam um aspecto de contestação do conceito de supremacia absoluta humana. Os interesses humanos ainda eram apontados como prioritários, mas o sofrimento animal já não poderia ou deveria mais ser ignorado. A ciência torna-se, então, uma aliada para aqueles que buscam reposicionar os animais na sociedade.

Os critérios que separavam humanidade e animalidade passam a ser revistos e muitos deles não mais se sustentam. Bekoff (2010), por exemplo, revelou a ética existente entre animais a partir do estudo das brincadeiras entre cães. King (2014) recolheu evidências de luto entre os animais. De Waal (2011) demonstrou a reciprocidade e empatia nos animais não-humanos, características apontadas por ele como pilares da moralidade. Cultura, linguagem, consciência, personalidade, moral, senso de justiça, entre outros, já não são considerados características exclusivas dos humanos.

Concomitantemente a essas descobertas, a crise ecológica na qual o planeta Terra foi mergulhado contribuiu para o questionamento da superioridade humana. Se o homem era tão inteligente e distinto do restante da criação, porque suas ações eram as principais responsáveis por problemas então incipientes, como extinção em massa de espécies, alterações climáticas e escassez de recursos naturais básicos à manutenção da vida na Terra?

A Terra existiu sem os nossos inimagináveis antepassados, poderia muito bem existir hoje sem nós e existirá amanhã ou ainda mais tarde, sem nenhum dos nossos possíveis descendentes, mas nós não podemos existir sem ela. Por isso, é necessário colocar bem as coisas no centro e nós na sua periferia, ou melhor ainda, elas por toda parte e nós no seu seio, como parasitas (Serres, 1990, p. 58).

Assim, a posição do homem na hierarquia entre espécies começa a ser questionada, enquanto crescem as evidências de que os outros animais têm mais habilidades cognitivas do que lhes era creditado até então. Nesse cenário, surgem novas sensibilidades na relação homem

versus animal. Os espécimes silvestres ganham o *status* de vítimas dos humanos. Não por acaso, o aquário de São Paulo tem um espaço com a seguinte placa: “Veja aqui a espécie mais perigosa do planeta”. Quando o curioso visitante tenta avistar a fera em exposição, encontra apenas sua imagem refletida em um grande espelho. Já os animais que serão comidos passaram a ter suas criações regidas por normas de bem-estar animal. Enquanto isso, os cuidados destinados àqueles que são estimados fomentam uma indústria que, somente em 2014, faturou US\$ 7,2 bilhões no Brasil (Ritto e Alvarenga, 2015, p. 74).

Conforme Lewgoy et al. (2015, p.81), o caráter do animal ainda é essencialmente cartesiano e objetual na sociedade ocidental. As limitações do poder de decisão e autonomia dos animais são vistas como características intrínsecas e necessárias, e não atribuições humanas de *status* inferiores a eles. Ainda hoje, é comum aceitar que animais podem arbitrar seus próprios destinos de forma mínima. No caso dos animais selvagens ou que vivem nas ruas, suas escolhas de sobrevivência são balizadas por um *habitat* cada vez mais hostil, moldado progressivamente para atender às necessidades humanas.

Mesmo os *pets*, animais com os quais se tem uma relação de afeto e apreço, têm sua autonomia limitada a ponto de terem até os processos reprodutivos controlados pelos tutores e viverem confinados em casas e apartamentos cada vez menores (Baptistella e Abonizio, 2015a, p.10). Os animais que viram comida têm a existência tão subordinada às vontades humanas que até mesmo seu tempo médio de vida alterou-se dramaticamente em função das exigências da indústria de produtos cárneos. Um administrador de confinamento entrevistado por nós afirmou que um boi criado em modelo extensivo é abatido com, no máximo, 30 meses de idade – tempo que leva para ganhar o peso comercialmente ideal (informação verbal).⁵ Confinado, o animal pode ser morto com 24 meses. O tempo natural de vida de um bovino é de, pelo menos, 17 anos, podendo se prolongar até 30 (Tempo..., 2010, p.1).

5 Entrevista concedida por S. **Entrevista**. [Fev. 2015]. Entrevistadora: Eveline Baptistella. Cuiabá, 2015.

Imaginar, então, que um animal possa interferir politicamente na sociedade pode parecer ingênuo. Entretanto, como vimos anteriormente, há dois séculos as discussões em torno de suas condições de vida já faziam parte da política e, independentemente das razões, mudanças de padrões foram impostas por meios de leis e normas. Inclusive, até mesmo a improvável proteção de animais que não tinham outra finalidade que não o afeto cresceu socialmente e em visibilidade, por meio de organizações não governamentais e outras formas de associação que se vê proliferar na contemporaneidade.

No município de Cuiabá, no qual foi realizada a pesquisa, por exemplo, a ONG Associação Voz Animal (AVA-MT) foi fundada em 2003, a partir de um grupo da sociedade civil que já atuava resgatando e cuidando de cães e gatos que viviam nas ruas da cidade. A entidade permaneceu sozinha no cenário da proteção até o início de 2010, quando, impulsionadas pelas possibilidades de mobilização em redes sociais, surgiram diversas associações que, mesmo não oficializadas legalmente, realizam um trabalho similar: Organização de Proteção ao Meio Ambiente e aos Animais (OPAA-MT), PAM Pet, Radar Animal, Anjos Peludos e Animais Cuiabá. Hoje, além destas organizações não legalizadas institucionalmente, o município tem ainda mais uma ONG, a Organização de Proteção Animal (OPA-MT).

Munidos de informações que têm o selo de comprovação da ciência e movidos pelo amor às demais espécies – ainda que não todas –, os movimentos de proteção passam a articular-se de forma a buscar garantias de direitos para os animais.

Se sabemos, no cotidiano das capacidades emocionais e cognitivas dos bichos, por que precisamos da ciência, por exemplo, para que os animais de abate sejam mais respeitados? O discurso de comprovação científica pode ajudar de uma maneira que a sensibilidade ainda não consegue em uma sociedade ainda contaminada pelo excesso de crença em uma suposta racionalidade superior. Aparece uma brecha para externar outra forma de ver os animais não-humanos: a ciência utilizada a serviço do sentimento (Baptistella, 2015, p. 45).

Para efeitos de transformações sociais, os dados científicos acumulados sobre os estados de consciência animal funcionam como uma forma de referendo, que avaliza e justifica as mudanças de comportamento, atitudes estas que, lentamente e por meio de pressões sociais, passam a ser adotadas também por aqueles que governam municípios e estados.

No Brasil, recentemente, governos municipais têm se empenhado na renovação de suas políticas para a gestão dos animais domésticos no meio urbano, revisando as clássicas políticas de extermínio de animais errantes, substituindo-as por abordagens de esterilização e “acolhimento responsável”, mediadas por equipes multidisciplinares. Guarulhos (SP) destaca-se neste aspecto e, em Porto Alegre (RS), tem funcionado há alguns anos a Secretaria Especial dos Direitos Animais, que também tem desenvolvido ações de proteção a animais urbanos de rua (Lewgoy et al., 2015, p. 77).

A mobilização do poder público, no entanto, não pode ser dissociada das pressões da sociedade civil, que se mobiliza em ONGs, grupos independentes e associações para que a agenda animal entre na pauta política.

Ativismos e causa animal

Conforme explicitado anteriormente, a causa animal tem várias vertentes e diferentes ideologias, mostrando-se bastante fragmentada e diversamente orientada em relação à ética que orienta suas condutas.

O primeiro movimento organizado em torno da causa animal foi a já citada Sociedade para Prevenção da Crueldade aos Animais, de 1824.

Pouco tempo depois, ver-se-ia a articulação entre opção alimentar e ativismo em outra instituição britânica, a Vegetarian Society, criada em 1847 (Vegetarian Society, 2016). Já em 1944, foi criada a The Vegan Society pelo britânico Donald Watson enquanto uma dissidência da Vegetarian Society, que era criticada por ter um foco estrito na alimentação (The Vegan Society, 2016, p.1).

O movimento vegano cresceu atuando em várias frentes contra exploração animal: alimentação, vestuário, esporte, lazer, testes científicos etc. Com o crescimento, também se fragmentou.

Peter Singer é considerado pioneiro no atual movimento que defende a causa animal, embora, ao menos para uma facção do movimento, seja criticado por sua adesão à filosofia utilitarista (Singer, 2002). No entanto, seu livro *Libertação Animal*, lançado em 1975, nos Estados Unidos, marca a entrada na cena de um manifesto antiespecista e populariza a expressão que serviria para designar o relacionamento desigual entre humanos e o restante das espécies. O termo especismo foi criado anos antes, em 1970, por Richard Ryder, para designar a exploração em relação aos animais, tal como o racismo significa a dominação entre raças e o sexismo designa discriminação entre sexos.

Conforme Descola (1998), existe uma escala inconsciente de hierarquização dos animais, que faz com que uns sejam considerados mais dignos de proteção do que os outros.

Naturalmente, os mamíferos são os mais bem-aquinhoados nessa hierarquia do interesse, e isso independentemente do meio onde vivem. Ninguém, assim, parece se preocupar com a sorte dos harenques ou dos bacalhaus, mas os golfinhos, que com eles são por vezes arrastados pelas redes de pesca, são estritamente protegidos pelas convenções internacionais (Descola, 1998, p. 24).

Nesse cenário de diferentes graus de empatia, as ações protecionistas tomam diferentes perspectivas, conforme as próprias orientações de seus agentes.

Além de se recusarem a comer qualquer tipo de alimento derivado de animais, os veganos também excluem de sua rotina toda e qualquer atividade de consumo, trabalho e lazer que seja fundada na exploração de animais. Apesar de se tratar de uma opção individual, uma parte significativa e crescente do movimento vegano enxerga que tais ações cotidianas têm uma dimensão política que visa à abolição da

exploração de todos os animais, nem que, para isso, toda e qualquer relação com eles também seja abolida. Em outra linha, encontramos os protetores de animais, pessoas que afirmam empreender lutas por políticas que favoreçam uma penalidade maior aos crimes que tenham animais como vítimas, incluindo aí abandono e agressão física, inclusive morte. Em termos práticos, atuam no resgate de animais maltratados e/ou em situação de risco, além de fazer campanhas que despertem a sensibilidade de outras pessoas para a guarda responsável, os cuidados com a saúde e a integridade dos animais. Apesar de haver alguma empatia em relação a animais em geral, os assim chamados protetores atuam mais fortemente em relação aos *pets*, e não têm o consumo –ou a negação de consumo – como um ativismo. Assim, não são necessariamente veganos e não tomam tal esfera como bandeira de suas ações, ao menos não necessariamente, sendo criticados pelos abolicionistas por duas razões: contribuírem para a manutenção da exploração de cães e gatos como espécies que servem à carência humana por afeto e por perpetuarem o especismo, ao consumirem produtos provenientes da dor e da morte de animais.

Vemos, assim, que a agenda animal é, na verdade, composta de vários movimentos, ecada um deles pode encontrar-se fragmentado, como é o caso do veganismo, que se divide em abolicionista e interseccionista. Naconecy demonstra tais divergências e reflete sobre sua repercussão na sociedade:

dentro do panorama atual do movimento de defesa animal tem ocorrido um fenômeno muito singular, a saber, uma polarização entre duas posições, a do chamado bem-estar animal, de um lado, e a dos direitos dos animais, de outro, também chamado de abolicionismo animal. Podemos qualificar essa contraposição: (1º) essa rivalidade está se acirrando, (2º) a controvérsia se faz mais presente na esfera ativista do que na literatura acadêmica, (3º) muito do combustível dessa disputa provém da obra do professor norte-americano de direito Gary Francione e (4º) a consequência indesejável dessa rivalidade é a de passar uma

mensagem confusa para o público a respeito dos objetivos do movimento animalista (Naconecy, 2009, p. 237).

O jornal *Anda* tem sido um canal importante de onde se pode verificar as dissidências das muitas causas que se articulam sobre os animais. No artigo *Debates Interseccionais e Veganismo*, Bruno Muller (2015, p. 1) afirma o crescimento de um grupo dizendo que não podemos comparar o sofrimento dos animais ao sofrimento humano; assim, seria racismo dizer que animais foram escravizados. O autor defende o abolicionismo e acusa os movimentos pelas minorias de especistas, uma vez que colocam os animais em uma hierarquia inferior, mesmo sabendo que muitas minorias são exploradoras de animais. A esse debate, Robson Fernando de Souza, veganointerseccionista, escreve um artigo esclarecendo que sua corrente valoriza a aliança entre libertação animal e libertação humana e, em sua opinião, não se trata de hierarquizar movimentos, mas sincronizá-los (Souza, 2016).

Além da divisão entre abolicionistas e interseccionistas, há outras categorias que fragmentam o movimento, como os protecionistas e os bem-estaristas.

A autora Sônia Felipe, filósofa, professora da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), é militante do veganismo abolicionista e um expoente no movimento. Em sua atuação política, ela divulga em redes sociais, como Facebook e o jornal *Anda*, textos em defesa da causa que abraça. Por ser um expoente, tem muitos seguidores, e seus textos, não raramente, vêm acompanhados de muitos comentários, tanto os que mostram opinião convergente quanto divergente. Tais debates virtuais mostram a fragmentação do movimento.

Felipe (2011) propõe a divisão dos movimentos que pautam a causa animal em três categorias:

- O bem-estarismo, definido pela autora como “um sistema que aumenta as gaiolas e as correntes, fingindo que se preocupa com o bem próprio dos animais” (Felipe, 2011), mas, em verdade, interessa-se tão somente pelo lucro e pela segurança dos consumidores;

- Os abolicionistas, que se “opõem a toda e qualquer forma de confinamento dos animais para exploração que beneficie humanos” (Felipe, 2011);
- Os socorristas, termo proposto pela autora para designar aqueles que, não sendo abolicionistas, cuidam dos animais “estragados” por outras pessoas.

A autora diz criar essa última categoria para não magoar os que não são abolicionistas, mas também não são bem-estaristas (embora alguns membros o sejam). Para ela, que propõe a substituição do termo comumente usado “protetores de animais” pelo termo “socorrista animalista” –pois seria incorreto considerar protetor de animais alguém que elege apenas algumas espécies para proteção –, os socorristas expressam um ato de compaixão, o que não seria seriamente condenado por um abolicionista. Este critica o socorrista por não ter uma postura política mais abrangente ou ofensiva na direção da abolição da exploração dos animais: “se as pessoas ficam apenas passando pomadas nas áreas tomadas pela sarna, no cão, e não vão além disso, então elas não podem esperar dos abolicionistas nenhuma palmadinha de consolo no ombro” (Felipe, 2011).

Nos comentários a respeito do artigo citado de Felipe (2011), que trata dessa categorização, um leitor defende o uso do termo “protetores de animais”, ao que a autora responde ser impróprio, tanto devido à predileção por algumas espécies, como dito anteriormente, quanto pelo fato de que “a pessoa nunca pode proteger os cães que estão distantes de seus olhos” (op. cit.). A autora ainda reitera que “somente os veganos de fato protegem todos os animais da morte. E mesmo os veganos sabem que precisam lutar sua vida inteira para conseguir proteger os animais de qualquer espécie de todas as formas de crueldade às quais estão condenados” (op. cit.).

A esse argumento, ativistas socorristas ou atuantes na proteção dos animais revidam, questionando acerca de que luta os veganos falam, uma vez que também não parecem proteger da morte os animais distantes de seus olhos e ainda se negam a ajudar os animais reais que estão sofrendo diante de suas portas. Para esses militantes, a luta da qual os veganos abolicionistas orgulham-se é feita tão

somente de conversas e abstenção de consumo. Apesar de não darem seu dinheiro ao que chamam de indústrias da morte (empresas que vendem produtos derivados de sofrimento animal, desde os frigoríficos até as marcas de roupas e sapatos que comercializam produtos de couro, passando por fabricantes de cosméticos, remédios e materiais de higiene e limpeza, entre outros) e apesar de o número de veganos ser crescente, as indústrias não entraram em retrocesso, o que significaria que nenhum animal foi efetivamente salvo da morte, nem os destinados ao consumo nem o animal machucado na rua, aos quais os abolicionistas mais facilmente dão de ombros.

Outro comentário sintetiza a dissidência do movimento: “conheço aqueles que se denominam ‘abolicionistas’ que não socorrem nas ruas, nem mesmo um único, ainda que tenham condições financeiras, e ‘protetores de animais’ que fazem churrasco e feijoada para arrecadar dinheiro para ração”.⁶

Incontestemente é que, de alguma forma, todos buscam uma atuação política, seja ela baseada no afeto que direcionam a algumas espécies, seja aqueles que, sem um afeto específico, conseguem sentir empatia por aqueles que, como nós, habitam este planeta. A defesa das ideias de bem-estar animal, mesmo que questionadas, já apresentaram alguns resultados concretos no cotidiano, a partir da proposta de oferecer qualidade de vida aos animais que estão em posição de objetos na nossa cultura. A proibição legal da utilização de animais em circos vem tornando-se cada vez mais comum e ocorre em pelo menos 11 estados brasileiros (Goiás..., 2015, p.1).

A World Animal Protection – antiga World Society for Animal Protection – faz treinamentos em todo o país sobre normas do chamado abate humanitário, que inclui, entre outras medidas, práticas de transporte que diminuam a angústia do gado e a insensibilização dos animais antes da morte. A entidade estima que 8 bilhões de animais no mundo foram beneficiados por esse modelo de produção.

6 Transcrição do comentário de L. feito em 27 de dezembro de 2011, às 16h37, sobre o texto de Felipe (2011). Mais informações em: <www.anda.jor.br/26/12/2011/abolicionistas-bem-estaristas-socorristas>.

Ao longo dos últimos cinco anos, os frigoríficos que adotaram práticas de abate humanitário após nossos treinamentos melhoraram sensivelmente a sua imagem, o que os tornou mais competitivos. A redução de lesões também ajudou a diminuir perdas e a melhorar a qualidade da carne. Em um frigorífico no Brasil, por exemplo, constatou-se uma redução de até 63% dos animais com hematomas após o nosso treinamento (World Animal Protection, 2015, p. 1).

A mobilização para a redução de sofrimento é, no entanto, um modo, entre outros, de posicionar-se em relação às causas em pauta, assim como são também variados os meios de agir, passando pela fundação de ONGs, pelas decisões de consumo até a tomada de espaço público e as exigências de compromissos políticos que façam uma legislação que garanta, simultaneamente, o direito dos animais e o dever dos humanos para com eles.

Neste artigo, as seis entrevistadas, sem exceção, apresentam-se como protetoras de animais. Esse termo faz parte das suas identificações, independentemente da maneira como atuam em relação à causa. Algumas participam de ONGs de proteção animal e trabalham ativamente como socorristas. Outras ajudam o movimento, com doações em dinheiro ou com ativismo pelas redes sociais/aplicativos de conversa por celular.

Apesar de todas as controvérsias entre as diferentes correntes de pensamento a respeito dos direitos dos animais, optamos por tratar o grupo analisado neste artigo como protetor dos animais, seguindo a própria denominação atribuída. É possível ver que, para as entrevistadas, a base teórica do movimento é desconhecida e a adesão a um projeto de proteção ou a defesa desses ideais estão muito relacionadas ao afeto que o indivíduo sente pelos animais. Nesses casos, entretanto, as ações são quase que totalmente voltadas para o resgate e a proteção de cães e gatos. Não obstante, é possível perceber que o próprio afeto – que não é exclusivo aos protetores, mas perpassa a cultura que criou e espalhou a categoria *pet* – passa a ter apelo

político, inclusive na inclusão de pontos específicos em plataformas e diretrizes de campanhas.

As espécies animais são classificadas, percebidas e sentidas de forma diferente – e em transformação – pela comunidade humana com as quais se relacionam e podem ser consideradas mais ou menos carismáticas ou dignas de proteção.

Nesse âmbito há todo um dispositivo biopolítico classificatório, técnico e informal que separa os animais “selvagens” *versus* “domésticos”, “domésticos de produção” *versus* “domésticos de companhia”, “selvagens rurais” (“fauna de conservação” ou “vida selvagem”) *versus* “selvagens urbanos” sujeitos a controle de zoonoses (ratos, pombos, insetos, etc.) e fauna de conservação em áreas de reserva no interior do meio urbano (exemplo: bugios, répteis e aves na reserva biológica do *Campus* do Vale da UFRGS, em Porto Alegre) (Lewgoy et al., 2015, p. 79).

Para os entrevistados, existe um reconhecimento unânime de que a proteção animal não se resume a buscar o conforto de cães e gatos em situação de abandono. Entretanto, essa é a maneira que encontram de atuar na causa – uma vez que não dispõem de condições ou capacitação para atuarem na defesa de animais silvestres ou selvagens. No caso dos animais de produção, as protetoras demonstram ciência do próprio comportamento ambíguo, pois comem carne e derivados, como leite, queijos e ovos, e não ignoram que a produção desses alimentos causa dor e morte.

Proteção animal e participação política

Segundo Lewgoy et al. (2015):

os animais domésticos de companhia estão entre os menos protegidos pelas ações governamentais, na medida em que o crescimento dos movimentos de defesa dos animais foi acompanhado de uma irresponsabilização das atribuições do poder público. (Lewgoy et al., 2015, p. 79).

Não obstante, o poder público pode valer-se da renovação de sensibilidades que acompanha o crescimento dos movimentos de proteção.

São Paulo, 8 de outubro de 2012. Roberto Tripoli acordou como o vereador mais votado da história do Brasil. Eleito para seu sétimo mandato na Câmara de São Paulo, com aproximadamente 132 mil votos, em entrevista à Rádio CBN, declarou-se surpreso. Talvez a maior surpresa fosse o fato de que Tripoli elegeu-se usando a imagem de um animal. Em boa parte do seu material de campanha, utilizou a foto de um cachorro de raça não definida. Autor do projeto de lei que resultou na construção do primeiro hospital público veterinário do país, Tripoli não mostrou o rosto, mas foi a face mais visível de um dos fenômenos daquela eleição: por meio dos humanos, os animais foram às urnas (Pichonelli, 2012, p.1).

O poder de mobilização dos protetores já havia sido testado antes. Em dezembro de 2011, o caso da enfermeira que foi filmada agredindo seu cão Yorkshire provocou comoção nacional (Enfermeira..., 2011, p.1). Cerca de 10 mil pessoas foram às ruas da Avenida Paulista protestar pedindo punição para o caso em um episódio que derivou na criação do Movimento Crueldade Nunca Mais, uma entidade de proteção animal voltada quase que exclusivamente para a mobilização política. Declaradamente apartidário, o grupo teve participação expressiva nas discussões do Novo Código Penal, pleiteando penas mais rígidas para os crimes cometidos contra os animais não humanos.

A ideia de que os animais devam ser incluídos na esfera de decisões políticas pode soar fútil para alguns ou até mesmo pitoresca. No entanto, esses episódios refletem na inserção dos animais no círculo de consideração humana a partir não só da crise ecológica, mas também do estreitamento das relações de afeto com os chamados *pets*, além de uma renovação subjetiva que tem tornado uma parcela da população mais sensibilizada diante da vida dos animais. Talvez como um reflexo dos bons resultados obtidos por Roberto Tripoli, outros políticos começaram a defender essa plataforma em suas campanhas para 2016.

Em Cuiabá, capital de Mato Grosso, as eleições municipais para vereador contaram com pelo menos quatro candidatos que se apresentavam como defensores da causa animal. Um deles, Aluizio Leite, inclusive, intermediou encontros entre protetores de animais e representantes da prefeitura e do governo do estado, para que fossem apresentadas propostas de participação do poder público nos cuidados com os animais de rua – educação para causa animal nas escolas, programa de castração gratuita, entre outros.

É possível acompanhar, também, pelas redes sociais, diversos movimentos que instam a população a votar pelos animais. São artes feitas por pessoas físicas, ONGs ou até mesmo empresas que promovem o chamado “voto animal”, com frases como “Animais não votam, mas seus donos sim!” e “Se quiser meu voto, faça algo em prol da causa animal”. O Movimento Mineiro pelos Direitos dos Animais criou uma plataforma *on-line* chamada Voto pelos Animais, que recolhe propostas eleitorais em prol dos animais feitas em todo o Brasil e se propõe a acompanhar o cumprimento das promessas nos quatro anos seguintes.

Em seu mandato como prefeito de São Paulo, Fernando Haddad mostrou que o potencial de voto desse segmento não pode ser ignorado: na principal imagem de divulgação da abertura de um novo centro de adoção de animais na cidade, ele está nada menos que de nariz colado com um cão sem raça definida – termo pelo qual muitos protetores preferem tratar os animais outrora chamados de vira-latas. Nos comentários da fotografia que foi divulgada no Facebook, é interessante notar que os internautas classificam o político como “humano” por demonstrar preocupação com os animais de rua.

Figura 1 – Campanha pelo voto animal



Eu preciso da sua ajuda!

Nessas eleições vote por mim!

Vote em candidatos que apresentem propostas em defesa dos animais

 AppPet aplicativo de proteção animal e cadastros, disponível para android e windows phone, Baixe Já. Vamos se unir pela causa animal, no aplicativo AppPet as pessoas podem cadastrar animais para adoção e animais perdidos, também podem cadastrar Ongs, Pet Shop e Veterinário.

Fonte: Reprodução Facebook.

Mesmo que, na prática, qualquer animal possa vir a ser inserido na categoria de estimação, cães e gatos, inegavelmente, são aqueles que mais se adequaram ao nosso círculo familiar. Pais (2006, p. 283) ressalta que esses dois espécimes estão passando por um processo de antropomorfização que transformou as relações entre homens e animais.

Outrora, o pouso comum de cães e gatos era a rua para uns, o telhado para outros; actualmente houve um notável aburguesamento das espécies caninas e felinas, a partir do momento que passaram a “animais de companhia”. Os que não usufruem de um tal estatuto social são marginalizados: não passam de vadios, rafeiros, vagabundos, vira-latas. Os

“afortunados” – atribuição abusiva por não levar em linha de conta a “vontade” dos que julgamos que o sejam – compartilham com os donos de confortos e bonomias inimagináveis [...] (Pais, 2006, p. 283).

Não pretendemos aqui discutir os mecanismos que regem a relação entre seres humanos e seus *pets*, apesar de reconhecermos que o amor oferecido a esses animais pode, muitas vezes, ser questionável, uma vez que, em troca dos confortos citados por Pais (2006, p. 283), o animal, na maioria das vezes, é privado de quase toda sua autonomia. De qualquer maneira, quando se estabelece uma convivência próxima com um animal, sua individualidade passa a ser reconhecida (Baptistella, 2015, p.45).

Figura 2 – Prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, inaugura centro de adoção



Fonte: Reprodução Facebook, disponível em: <<https://www.facebook.com/PrefSP/photos/a.239919349539843.1073741828.239665829565195/473015732896869/?type=3&theater>>.

A primatóloga Barbara Smuts (2002, p. 134) testemunha sobre essa relação ao narrar seu trabalho dentro de uma comunidade de babuínos:

havia 140 babuínos no bando, e vim a conhecer cada um deles como um indivíduo altamente distinto. [...]

cada babuíno tinha uma voz característica e coisas únicas a dizer com ela; cada um tinha uma cara diferente da de todos os outros, comidas preferidas, amigos preferidos, maus hábitos preferidos. [...] Aprendi sobre a individualidade dos babuínos também diretamente, uma vez que cada um deles estabelecia seu relacionamento comigo de maneira ligeiramente diferente (Smuts, 2002, p. 134).

Figura 3 – Destaque para os comentários sobre a foto postada pelo prefeito Fernando Haddad



Da mesma forma, os cães e os gatos que fisicamente não podem ser diferenciados à primeira vista, revelam, no cotidiano, suas personalidades e forjam ligações de amor com seus tutores. A partir dessa ascensão na escala de consideração, o animal passa a ser visto como um ente que merece ser respeitado e receber tratamento digno. Enquanto os *pets* ganham, gradativamente, mais espaço nos núcleos familiares, os Poderes Executivo e Legislativo, muitas vezes alheios a esse novo modelo de família, que inclui o animal de estimação, parecem despertar aos poucos para a nova realidade que se configura. Se um hospital veterinário público parece um luxo ou até mesmo um desrespeito diante da realidade da saúde pública oferecida aos humanos no país, nada impede que tutores de *pets* escolham seus representantes políticos entre aqueles que demonstram engajamento com temas relacionados aos animais nãohumanos. Até mesmo porque, para algumas pessoas, os animais estimados são mais próximos do que muitos parentes consanguíneos.

Em uma cena observada em um espaço de lazer durante o trabalho de campo realizado em Cuiabá, um homem de meia-idade reclamava com uma senhora a respeito dos cuidados excessivos que a esposa destinava aos dois cães da família. Quando ele mencionou que havia seres humanos passando necessidades, enquanto os dois Pinschers comiam ração da mais cara, a ouvinte rebateu:

quando eu fiquei doente, meus filhos vieram me visitar duas vezes. Duas vezes. Já o meu cachorro não saiu do meu lado o tempo inteiro. E olha que ele podia sair, porque tem o quintal. Ele ficou ali, no pé da cama. Enquanto eu não voltei a andar, ele não saiu do meu lado. Às vezes o cachorro merece mesmo, mais que a pessoa (informação verbal).⁷

Podemos pensar que a relação da senhora com seu cão é uma relação entre indivíduos, uma vez que não são todos os membros da espécie canina que têm o seu apreço. Apesar de reconhecermos

7 Entrevista concedida por W. N. **Entrevista**. [Fev. 2015]. Entrevistadoras: Eveline Baptistella e Juliana Abonizio. Cuiabá, 2015.

essa distinção entre indivíduo e espécie, salientamos que o elo afetivo entre uma tutora e um cão específico contribui para o crescimento da empatia com outros membros da mesma espécie e faz com que as pessoas se compadeçam dos animais que não têm a suposta sorte de serem tutelados por humanos. Por inferência, elas pensam que os animais abandonados são dotados das mesmas individualidade e qualidades dos seus *pets* queridos e deveriam ter uma vida considerada mais digna.

Aí também os poderes públicos deixam uma lacuna, pois ainda são raras as cidades que possuem programas governamentais de cuidados com animais de rua ou que tratem adequadamente o problema. Majoritariamente, o departamento municipal responsável por esses casos chama-se Centro de Controle de Zoonoses (CCZ). Ou seja, os animais são tratados como vetores de doenças, visão que entra em conflito com o afeto que, aos poucos, dissemina-se na sociedade, que se torna cada vez mais compadecida dos animais de rua. Há poucos anos, os cães de rua, carentes e sem linhagem, ganharam a preferência de famosos e da alta sociedade, lançando uma espécie de moda vira-lata difusora da mensagem “Não compre, adote!”

Um exemplo desse tipo de mudança de *status* dos animais sem raça definida (SRD), Dina Pereira, fundadora da organização Patas & Patas, fala sobre o crescimento do número de adoção de animais após a tragédia na região Serrana, em janeiro de 2011:

a situação dos animais mobilizou muita gente. Após as chuvas que devastaram a região, 1.500 cachorros e 400 gatos foram resgatados – lembra Dina, que organiza, em parceria com a G.A.R.R.A. (Grupo de Ação, Resgate e Reabilitação Animal), feiras de adoção na Lagoa, todo segundo sábado do mês. É maravilhoso notar que o vira-lata está virando o cão da moda. Mas o volume de abandono ainda é muito superior ao de adoção. Na Suipa, são 15 registros de adoção por mês e 50 abandonos por dia (Dale, 2014, p.1).

Abre-se, então, espaço para que a sociedade – especialmente as pessoas que se identificam como protetoras de animais – busque políticos comprometidos com a chamada causa animal. Abre-se também a astúcia dos publicitários da cena política que substituem as crianças pobres das fotos de campanha, como era comum há algumas décadas, por cachorros sem raça definida – como mostra a imagem do ex-prefeito Fernando Haddad.

Woodward (2000) afirma que mudanças sociais significativas vêm ocorrendo na arena política, tanto em escala global quanto regional: o conceito de classe não é mais um determinante de todas as outras relações sociais. Os diferentes campos sociais em que as pessoas vivem determinam os tipos de identidades que irão adotar.

As vantagens desse deslocamento da classe social podem ser ilustradas pela relativa diminuição da importância das afiliações baseadas na classe, tais como sindicatos operários e o surgimento de outras arenas de conflito social, tais como baseadas no gênero, na “raça”, na etnia ou na sexualidade (Woodward, 2000, p. 29).

A figura do protetor de animais como elemento de mobilização surge nesse contexto e amplia-se a partir das possibilidades de expansão das formas de reivindicação política. A fidelidade a partidos tradicionais e a ideologias cristalizadas vai se alterando.

As identidades e as lealdades políticas também têm sofrido mudanças? Lealdades tradicionais, baseadas na classe social, cedem lugar à concepção de escolha de “estilos de vida” e à emergência da “política de identidade”. A etnia e a “raça”, o gênero, a sexualidade, a idade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação (Woodward, 2000, p. 31).

Observando as mobilizações dos protetores de animais em diversos pontos do país, parece justo dizer que a defesa de uma causa

tornou-se uma nova forma de participação política. Esses movimentos, inclusive, colocam em evidência, conforme Woodward (2000, p.36), identidades que não possuíam reconhecimento anterior. Neste caso, a identidade de protetor dos animais.

Os protetores de animais em Cuiabá

Mato Grosso é um estado conhecido tanto pelas belezas naturais, como o Pantanal e a Chapada dos Guimarães, quanto pela alcunha de “celeiro” do Brasil. Segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa, 2016), o estado é o maior produtor brasileiro de soja, com uma área plantada de 9.140 milhões de hectares e produção de 26.058 milhões de toneladas na safra 2015/2016. O rebanho bovino também é o maior do país, com 29,5 milhões de cabeças de gado (Petroli, 2016, p.1). Por tudo isso, é comum que o estado seja visto como eminentemente rural e selvagem, um estigma contra o qual a população luta, buscando sempre destacar o desenvolvimento urbano das cidades de maior porte e os avanços tecnológicos da produção agropecuária (Baptistella, 2015, p.69). No caso de Cuiabá, os problemas urbanos, no entanto, também se equiparam aos de outras capitais: crescimento desordenado, precariedade de serviços públicos e também descontrola a população de animais abandonados – este último problema delineado em um inquérito realizado pelo Ministério Público do Estado (Goreth, 2015, p.1).

Na cidade, existem hoje duas instituições de proteção animal legalizadas e com algum grau de reconhecimento público: a AVA-MT e a OPA-MT. Paralelamente, há alguns outros grupos que atuam prestando socorro e recolhendo animais abandonados; no caso, estamos falando exclusivamente de cães e gatos, o que não cria grandes conflitos na região, marcada pela pecuária extensiva. Existem também pessoas que fazem esse trabalho de forma independente e já se tornaram personalidades reconhecidas na sociedade local, especialmente em redes sociais. Vale ressaltar que todos os nossos informantes são do sexo feminino e, ao longo do período da pesquisa, foi possível notar a desproporcionalidade entre o número de homens

e mulheres envolvidos na causa. São poucos representantes do sexo masculino e a maioria tem participação menos ativa.

As entrevistadas foram selecionadas dentro do universo da proteção animal de Cuiabá, a partir da coleta de informações na mídia, nas redes sociais e também dos próprios relacionamentos estabelecidos ao longo da pesquisa *O Lugar dos Animais da Sociedade Contemporânea* e da pesquisa para a dissertação de mestrado, intitulada *Animais e Fronteiras: entre Espécies, Ciências e Cotidiano*. Uma das autoras deste trabalho atuou na proteção animal durante alguns anos, o que facilitou o contato com o grupo, abrindo espaço para a realização das entrevistas. É interessante notar que os protetores que coordenam abrigos são mais avessos às entrevistas – mesmo que apareçam regularmente na mídia.

M., 43 anos, coordena uma entidade proteção há cinco anos, mas já atuava na área há pelo menos dez. Fez parte de duas entidades e saiu das duas devido a conflitos internos. A partir de então, decidiu criar o próprio projeto e tornou-se uma figura muito proeminente no movimento, especialmente na mídia. Ela se classifica como classe média e trabalha no serviço público. Não adota nenhum tipo de restrição alimentar em relação à carne.

J., 54 anos, é empresária, de classe alta, e voluntária em uma ONG, na qual contribui principalmente com dinheiro. De maneira independente, ela resgata animais de rua e os trata na própria casa. Uma parte do terreno em que vive é destinada exclusivamente aos animais. Ela não sabe calcular há quantos anos é protetora e diz que “desde sempre” amou animais e buscou defendê-los. Sua dieta é onívora.

A., 63 anos, já foi uma das figuras de proa do movimento de proteção animal do estado – tem pelo menos 20 anos de ativismo. Participou de uma ONG durante dez anos, mas hoje permanece na instituição como uma figura menos atuante. Também acolhe animais resgatados por conta própria. De classe média, chegou a trocar a própria casa para ir morar em um bairro de classe média baixa, pois a nova moradia servia melhor ao propósito de abrigar os animais. Aposentada, ela diz que não consome carne de forma indiscriminada, mas que o alimento, assim como os derivados animais, faz parte de sua alimentação.

F., 30 anos, trabalha no ramo de salões e tem alto poder aquisitivo. É voluntária de uma ONG, mas atua principalmente na vertente política, por se sentir descrente. Com muitos contatos na alta sociedade, ela participa ativamente do que poderia ser chamado de um *lobby* animalista, apresentando projetos de educação e conscientização, bem como de proteção animal, a políticos do estado. É ativista da causa animal há seis anos. Não adota nenhum tipo de restrição alimentar em relação à carne e aos derivados animais.

S., 30 anos, desempregada, é de uma família rica e realiza o trabalho de proteção de forma totalmente dissociada das entidades – eventualmente ajuda ONGs e grupos independentes financeiramente, mas declara, de forma firme, que não é associada a nenhuma instituição, pois seu projeto já é uma marca e ela não gosta dos conflitos que acontecem nos grupos organizados. Também é uma pessoa bastante reconhecida na mídia local e utiliza sua popularidade para promover a conscientização sobre a causa animal, cobrando mais envolvimento do poder público. Não abriga animais de rua em sua casa. Todos os “seus resgatados” ficam internados em uma clínica veterinária que dispõe de hotel. Quando estão em boas condições de saúde, são encaminhados para adoção por meio das próprias redes sociais de S. Não sabe precisar o tempo de envolvimento na causa, pois diz que atua em favor dos animais desde criança. Ela consome leite, ovos, queijos e carnes, mas com uma ressalva: não se alimenta de carne de porco desde que leu uma pesquisa demonstrando que cães e porcos têm o mesmo nível de inteligência.

D., 45 anos, é servidora pública, com ganho salarial que poderia colocá-la na condição de classe média alta. No entanto, acumula muitas dívidas para manutenção do abrigo que criou e mantém em uma casa da família que foi desocupada para receber exclusivamente os animais – ela mora em uma outra residência e paga aluguel. Atua como protetora há cerca de 15 anos. Consome derivados de animais e demonstrou bastante desconforto e até mesmo agressividade quando foi questionada sobre suas opções alimentares. Disse que não era hipócrita e que fazia o que podia em relação à proteção animal.

As entrevistas com M. e D. foram as mais difíceis de agendar. M. marcou e desmarcou diversas vezes o encontro. Por fim, recebeu uma das pesquisadoras e num fim de tarde, no abrigo, mas não se dispôs a parar e falar. Ficou o tempo todo cuidando dos animais e justificando que tinha muito trabalho e nenhuma ajuda, por isso não poderia dar atenção integral ao trabalho. Nessas reclamações estavam incluídas inúmeras críticas ao poder público. D. confirmou a entrevista, combinou um ponto de encontro para levar as pesquisadoras até o abrigo, mas não apareceu na hora e no local marcados. Iniciamos uma peregrinação no bairro, em que nos indicaram até mesmo a casa de outra protetora que cuidava de gatos. Depois de mais de 1 hora e 30 minutos de atraso, D. nos atendeu e nos indicou como chegar ao abrigo. No entanto, após esse desencontro, mostrou-se bastante receptiva, fez questão, inclusive, de apresentar os animais e as condições em que viviam. O ressentimento contra os governantes também esteve presente, assim como a consideração de que é preciso pressionar os representantes populares a adotarem a defesa da causa.

As demais entrevistadas demonstraram interesse em falar tanto sobre sua rotina quanto sobre seus posicionamentos políticos e agendaram as entrevistas sem dificuldades. Todas apresentaram como consideração que é preciso divulgar a questão como forma de alertar as autoridades competentes.

Por meio das entrevistas com essas ativistas, discutimos aspectos da mobilização política em prol da causa animal. Um dos questionamentos feitos neste trabalho gira em torno da agência dos animais. Os protetores afirmam tanto falar pelos animais quanto fazê-lo movidos por sentimentos que surgem da relação cotidiana com estes. Em princípio, seriam então os humanos que agem pelos animais, mas não poderíamos pensar inversamente e ver uma

forma de agência dos próprios animais, que levam, por meio de seu comportamento, os humanos a agirem em seu nome? Não poderíamos pensar os movimentos políticos pró-animais como uma articulação de espécies? Brasil (2006) afirma que “a interação é a mola propulsora da relação entre homens e cães, onde nesse novo cenário eles são dotados de uma agência que os fazem cheios de intencionalidade” (ibidem, p. 4).

Todos os informantes mencionam situações de conflito geradas pelas ações de socorro. Algumas vezes sofrem ameaças ou se colocam em situação de risco para ajudar determinado animal. Diante do descaso da justiça, razão pela qual se mobilizam, muitos protetores tomam para si a ação de justiceiros.

J. contou que, ao ver uma reportagem de TV que mostrava uma casa na periferia cujo dono havia sido assassinado, prestou atenção na situação dos animais que perderam o tutor. Apesar do perigo, foi até o local em companhia do marido e conseguiu resgatá-los, um deles em especial estava muito fragilizado e era apontado pelos moradores como agressivo, mas aceitou comida e carinho depois do primeiro contato. Mesmo sendo uma profissional conceituada, de situação estável e com filhos e netos – ou seja, com um grande repertório de experiências positivas –, ela não hesitou em dizer que aquele havia sido o dia mais feliz de toda sua vida.

M. relatou que sofreu pesadas ameaças e processos judiciais por ter resgatado dois cães que estavam muito magros e viviam presos em um cubículo gradeado no qual batia sol quase que o dia todo. Sua ação de resgate dos animais foi repudiada inclusive por companheiros do movimento de proteção animal e a própria justiça acabou devolvendo os cães ao antigo dono, apesar da comprovação de que eles não eram nem mesmo alimentados corretamente. Mesmo com todos os problemas, ela fazia questão de dizer que faria tudo de novo.

As razões para tanta exposição, como as entrevistadas ressaltam, não estão apenas no afeto, mas também em algum tipo de conexão que se estabelece automaticamente diante deste ou daquele bicho em risco – já que é impossível tirar todos os animais da rua. O olhar do animal surge sempre como o elemento de atração e como uma

instância que estabelece a comunicação entre espécies. “Ele me olhou como se estivesse pedindo socorro”, “Aqueles olhos na tela, eu vi que ele precisava de ajuda”, “O olhar daquela mãezinha era de quem precisa de mim”. A. afirmou que um cão deliberadamente pediu ajuda, indo chorar embaixo da janela da sua casa até conseguir o socorro necessário para um ferimento na pata – o olhar de desamparo do animal é a lembrança mais forte da protetora. Ao refletir sobre a individualidade de sua gata e seu olhar, Derrida (2002) demonstra que tal olhar implica uma troca, uma admissão de que há um ser com subjetividade, e não um autônomo. Ficando nos casos cotidianos e menos dramáticos, é comum que a maioria dos donos de animais de estimação lembre-se de um momento em que deu determinada guloseima ao seu cão e gato devido a um olhar de “pedinte” ou a latidos/miados insistentes. Hare e Woods (2012) desenvolvem estudos de cognição canina que mostram como os cachorros evoluíram, de forma a se comunicarem com pessoas, e como podem se aproveitar dessa habilidade em compreender os humanos para tornarem suas vidas melhores.

Constatou-se que os cães são geniais na capacidade de interpretar gestos humanos. Sua habilidade é semelhante à observada nas crianças. A flexibilidade mental dos cães fez com que outros pesquisadores e eu sugeríssemos que eles fazem uma avaliação básica das nossas intenções comunicativas. Com frequência valem-se do nosso comportamento para inferir o que queremos, e em geral o que queremos é ajudá-los (Hare e Woods, 2012, p. 222-223).

As situações narradas mostram que o animal não é apenas um elemento na paisagem e que seus atos também refletem nas decisões e nos comportamentos humanos. A. narrou diversos problemas em relação a cumprir horários que atrapalhavam seu cotidiano justamente por causa da sua ação como protetora de animais; chegou a perder um importante evento de família para ajudar uma família de gatos presa em um bueiro. Nessa situação, foi um miado, entreouvido

ao sair do carro, que chamou a atenção da protetora e fez com que optasse por socorrer os animais.

Teve um tempo que eu fingia, [dizia que] estava passando mal, tinha surgido um problema no trabalho. Agora, nem faço mais porque todo mundo já sabe o que é. Eu te digo de coração eu não me lembro de todos os animais que já cuidei, eu só me lembro daqueles que não socorri. É a pior dor. Só não ajudo mesmo quando é impossível (informação verbal).⁸

Assim, para os protetores de Cuiabá, suas ações são determinadas em função do amor pelos animais, mas também por circunstâncias em que os chamados aparecem como situações que não podem ser ignoradas. Esses apelos partem ainda de humanos que se comovem com a situação de animais abandonados, mas que apresentam impedimentos para realizar os resgates e os tratamentos por conta própria. Essas pessoas geralmente buscam os protetores para recolher e cuidar dos animais. Segundo S.:

tem pessoas que me ligam, pessoas que pedem ajuda pelo Facebook. São muitos casos, todos os dias, e o povo acha que somos obrigados a fazer. Eles não entendem que nosso trabalho é voluntário. Se você não atende, não socorre, eles te xingam, te atacam na internet. Eu nunca passei por isso, mas tem protetores que deixaram de socorrer animais e depois as pessoas postaram no Face que eles eram ladrões, desviavam dinheiro das doações. É muito complicado, porque todo mundo acha que é obrigação nossa. E não é. A gente faz porque quer. A obrigação é da prefeitura (informação verbal).⁹

8 Entrevista concedida por A. **Entrevista**. [Mar. 2015]. Entrevistadoras: Eveline Baptistella e Juliana Abonizio. Cuiabá, 2015.

9 Entrevista concedida por S. **Entrevista**. [Mar. 2015]. Entrevistadoras: Eveline Baptistella e Juliana Abonizio. Cuiabá, 2015.

Esse depoimento assemelha-se a vários outros que tratam da mesma situação: os protetores fazem um serviço que deveria ser realizado pelo poder público. Em decorrência desse trabalho, todos afirmam ter grandes dívidas em clínicas veterinárias e lojas de produtos para animais. Apesar de receberem descontos e apoio de alguns veterinários, ainda assim os tratamentos incorrem em custos que precisam ser quitados. As dívidas costumam ser pagas com recursos próprios, com dinheiro obtido por meio de rifas e eventos ou graças a doações feitas por terceiros.

As protetoras que atuam em ONGs geralmente têm uma postura agressiva e revoltada, revelando o ressentimento por não contarem com quase nenhum apoio do poder público. Elas declararam, em totalidade, viver uma rotina angustiante, pois cuidam de um elevado número de animais que vivem confinados nos espaços dos abrigos, têm de dar conta das despesas e ainda enfrentar problemas na vida pessoal, pois nem sempre parentes e amigos aceitam bem esse modo de viver. A isto tudo soma-se a frustração de não poder ajudar a todos os animais em situação de rua. D. exemplifica esse conflito:

quando eu tenho que escolher, escolho o que está pior, o que está sofrendo mais. Só que eu volto para casa me sentindo um lixo, porque sei que ficou outro para trás. Às vezes eu não sei nem o que fazer, não tenho para onde levar, não tenho dinheiro. Você olha essa cidade e é isso pra (*sic*) todo lado. É muito difícil (informação verbal).¹⁰

Nesse ponto, outro aspecto da mobilização nas urnas em favor dos animais fica bastante claro. As pessoas que convivem com o sofrimento dos animais buscam representantes que criem políticas públicas capazes de mitigar essa situação ou que as ajudem a realizar o trabalho.

10 Entrevista concedida por D. **Entrevista**. [Mar. 2015]. Entrevistadoras: Eveline Baptistella e Juliana Abonizio. Cuiabá, 2015.

Isso aqui é enxugar gelo. Você sabe como é? A gente tira um gato, aparecem sete. A gente recolhe um cachorro, já sabe que vão aparecer mais oito. O que a gente faz não adianta nada se não tiver pelo menos uma castração gratuita. Era o mínimo que o governo tinha que fazer. Era pelo menos castrar os bichos de graça, porque o certo era ter um hospital veterinário público, como é em São Paulo (informação verbal).¹¹

Na eleição para prefeito de Cuiabá, em 2012, dois candidatos polarizaram a disputa. Mauro Mendes (Partido Socialista Brasileiro – PSB), que acabou sendo eleito, e Lúdio Cabral (Partido dos Trabalhadores – PT). Representantes da ONG Voz Animal decidiram, pela primeira vez, procurar os dois candidatos para que assinassem um termo comprometendo-se com a defesa dos direitos dos animais. Apenas Lúdio assinou o documento. Os integrantes da ONG decidiram iniciar essa mobilização perante os candidatos justamente porque queriam poder cobrar do político eleito as ações que julgavam importantes para sua causa. A percepção é que a representação política pode ajudar não só a criar programas e espaços de cuidados a esses animais, mas também garantir recursos para que eles recebam tratamento adequado.

Em 2016, a ação foi repetida. Os dois candidatos que foram ao segundo turno sinalizaram o envolvimento com a causa. Emanuel Pinheiro (Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB) tem um histórico de ligação com o movimento, tendo realizado até mesmo audiências públicas sobre proteção animal enquanto era deputado estadual. Já Wilson Santos (Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB), que foi prefeito da capital em dois mandatos anteriores, realizou uma reunião com alguns protetores e assinou um termo de compromisso.

Entre os candidatos a vereador em 2012, apenas um fez da defesa dos animais uma das plataformas de destaque: o Sargento Vidal. Ele não foi eleito naquele ano, mas acabou virando um protetor

11 Entrevista concedida por M. **Entrevista**. [Mar. 2015]. Entrevistadoras: Eveline Baptistella e Juliana Abonizio. Cuiabá, 2015.

de animais e seu perfil na rede social Facebook é totalmente dedicado à divulgação de sua militância e de suas ações de resgate. Nas eleições de 2016, voltou a se candidatar, novamente tendo a proteção animal como plataforma de maior destaque, e, agora, mais concorrentes com a mesma bandeira. Desta vez, ficou em 35º lugar entre 451 candidatos e alcançou a primeira suplência – resultado que atribuiu primordialmente ao voto animal, pois afirmou que sua campanha foi de baixo custo e com foco principalmente na causa dos animais abandonados.

A ausência do poder público na questão dos animais em Cuiabá e a pressão exercida pelos grupos de proteção ficaram ainda mais evidentes no intervalo entre uma eleição e outra: em novembro de 2015, o município passou a ser obrigado judicialmente a recolher animais abandonados, vítimas de atropelamentos e maus-tratos das ruas. A determinação partiu de uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público e incluía a suspensão da eutanásia em animais diagnosticados com leishmaniose (Goreth, 2015, p.1). A situação foi denunciada à Promotoria de Justiça por meio de grupos de proteção dos animais que atuam na cidade.

De acordo com o Ministério Público, a estimativa é de que na capital existam mais de 11 mil animais abandonados, entre cães e gatos. Durante as investigações, foi constada a ausência de programas gratuitos para castração, de tratamento a animais doentes e atropelados, de recolhimento dos animais das vias públicas e de campanhas educacionais e de adoção. Parte das informações apresentadas na ação foi colhida durante audiência pública realizada pela 15ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente Natural de Cuiabá em setembro do ano passado (Goreth, 2015, p. 1).

F, que acompanhou a tramitação do processo, afirmou que a justiça acabou impondo à prefeitura somente a obrigação de não eutanasiar animais que fossem recolhidos pelo serviço de controle de zoonoses.

Para os protetores de animais, as pressões do papel social que escolheram representar são muitas e a constatação de que a atuação independente não é o bastante para sanar os problemas vividos pelos animais que não têm tutores os levam a buscar novas esferas em que o trabalho de resgate e de cuidados possa ser ampliado. Inclusive, alguns protetores já atuam apenas na esfera política, buscando cooptar parlamentares para o apoio à causa e cobrando dos órgãos públicos ações que visem à garantia dos direitos dos animais. Conforme F., essa aparece também como a única alternativa para obtenção de mudanças concretas.

Eu não tenho estrutura para abrigo. Porque o pessoal de abrigo, dessas turmas, eles brigam demais. Cansei de ouvir desaforo, de confusão. Então, o que eu acho que vou fazer? Vou atrás de políticos que se interessem pela causa, conversar, mostrar a situação. O que eles fazem pode ser permanente. Já estes abrigos, estes protetores podem encerrar tudo de hoje para amanhã. Eu penso que se é para fazer algo concreto, tem que ser por esta via mesmo. Acho que a gente ajuda mais e não tem aquele desgaste, aquele desespero do abrigo(informação verbal).¹²

Apesar de os protetores expressarem amor pelos animais que recolhem e cuidam, o trabalho é quase sempre descrito como pesado e até mesmo massacrante. Pandolfo (2010) demonstra ainda que, legalmente, os municípios são responsáveis pelo cuidado com os animais que não têm tutores e vivem nas ruas;no entanto, a falha diante dessa responsabilidade faz com que cidadãos comuns atuem por si mesmos. Diante da frustração, a política surge, então, como uma forma de encontrar novos atores que dividam o fardo pelo tratamento dos animais abandonados, pois a responsabilidade que os protetores têm não é considerada necessariamente deles.

12 Entrevista concedida por F. **Entrevista**. [Mar. 2015]. Entrevistadoras: Eveline Baptistella e Juliana Abonizio. Cuiabá, 2015.

Considerações finais

O amor oferecido pelo animal é sempre apresentado pelas entrevistadas como um sentimento superior, sendo, inclusive, uma forma de amor mais intensa do que aquela recebida de outros humanos. Em diversos momentos da pesquisa, essa noção apareceu de forma recorrente. Brasil (2006) generaliza essa percepção:

é interessante notar também que, ao adquirir um cão como animal de estimação, grande parte destas pessoas se torna ativista em favor de que todos tenham um cão como animal de estimação, pois “só quando a gente tem um cão é possível perceber o que é amor verdadeiro (discurso nativo)”. Este é um discurso presente na fala de grande parte dos proprietários que vê no cão a “fonte mais sincera de amor” e afetividade e não conseguem compreender como é possível viver sem um. Para eles, ter um cão é como um dogma religioso ou uma profissão de fé, tamanha a devoção e disponibilidade que têm com o animal e tentam convencer todos que os cercam que é impossível viver sem eles (Brasil, 2006, p. 9-10).

Assim como muitos declaram a total inserção dos animais de estimação na família humana, as reivindicações em torno dos direitos deles começam a ser incorporadas na agenda política. Mais do que isso, esse movimento deve ser cada vez mais uma mão dupla, pois, conforme Garber (2002, p. 18-19), os políticos sabem da importância do fator emotivo na hora do voto.

Valorizar os entes queridos dos eleitores, independentemente da espécie, pode ser um movimento inteligente, conforme demonstrou a eleição de Roberto Tripoli. Pomar (1995) lembra o peso da ideologia na conquista do eleitor e salienta a importância de manipular os sentimentos culturais.

[...] as ideologias são âncoras em que estão amarradas as mentalidades das pessoas e onde deverão ser amarradas as políticas dos partidos. É nas ideologias das pessoas que estão

presos os sentimentos culturais mais profundos, sentimentos que devem receber tratamento especial nas estratégias políticas e de comunicação (Pomar, 1995, p. 25-26)

Na análise da situação das pessoas entrevistadas em Cuiabá, o afeto e a empatia foram fatores determinantes na adoção do papel social de protetor dos animais. Essa é uma identidade que pode ser incluída no que Castells (2002) classificou como identidade de projeto.

Neste caso, a construção da identidade consiste em um projeto de vida diferente, talvez com base em uma identidade oprimida, porém expandindo-se no sentido da transformação da sociedade como prolongamento desse projeto de identidade [...] (Castells, 2002, p. 26).

Essa identidade é mobilizada pela relação com os animais, mas envolve uma série de expectativas não cumpridas e metas não alcançadas. Os protetores não conseguem atender todos os animais, não conseguem satisfazer às cobranças humanas e principalmente não conseguem escapar da frustração, porque a meta de acabar com os animais em situação de riscos nas ruas parece inatingível.

Eleger políticos que defendam a causa animal surge, assim, como uma possibilidade de mudar a situação dos animais abandonados ou de pelo menos dividir as responsabilidades com um poder maior, que realize mudanças estruturais e mais duradouras. Representa, ainda, em um âmbito mais geral, uma forma de confirmar preocupações éticas em relação aos animais não-humanos, mesmo que elas envolvam, majoritariamente, os animais que estão mais próximos do círculo de consideração humano. Mais do que isso, se as patas e as garras não são aceitas nas sessões eleitorais, os tutores de animais não se furtam de votar representando seus companheiros peludos.

Referências

- ABONIZIO, J.; BAPTISTELLA, E. À mesa com cães e gatos: ração vegetal e fronteiras interespecies. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 17, n. 42, p. 107-135, 2016.
- BAPTISTELLA, E. *Animais e fronteiras: entre espécies, ciências e cotidiano*. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2015.
- BAPTISTELLA, E.; ABONIZIO, J. Meu bebê: considerações sobre afeto e consumo nas relações animais humanos e não-humanos. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 4., 2015, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Sics, 2015a. Disponível em: <<https://sicsufg.wordpress.com/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- _____; _____. Os gatos do Tribunal de Justiça e as fronteiras entre homens e animais. *Revista Ecos*, Niterói, v. 5, n. 2, p. 188-199, 2015b.
- BEKOFF, M. *A vida emocional dos animais: alegria, tristeza e empatia nos animais – um estudo científico capaz de transformar a maneira como os vemos e tratamos*. São Paulo: Cultrix, 2010.
- BERNS, G. *Howdogleveus: a neuroscientist and his adopted dog decode the canine brain*. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2013.
- BRASIL, S. Uma festa boa para cachorro: relação entre humanos e não-humanos no espaço urbano. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2006, Porto Seguro. *Anais...* Porto Seguro: ABA, 2006. Disponível em: <http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2017/samantha%20da%20silva%20brasil.pdf>. Acesso em: 24 dez. 2015.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CHUAHY, R. *Manifesto pelos direitos dos animais*. São Paulo: Record, 2009.
- DALE, J. Vira-lata é o cachorro da moda. *O Globo*, 21 dez. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/vira-lata-o-cachorro-da-moda-14881616#ixzz3ypQ1y94E>>. Acesso em: 29 jan. 2016.

- DEMELLO, M. (Ed.). *Human-animal studies: a bibliography*. New York: Lantern Books, 2012.
- DERRIDA, J. *O animal que logo sou (a seguir)*. São Paulo: Unesp, 2002.
- DESCOLA, P. Estrutura ou sentimento: a relação com o animal na Amazônia. *Estudos de Antropologia Social*, v. 4, n. 1, p. 23-46, abr. 1998.
- DE WALL, F. Frans de Waal: comportamento moral em animais. *TEDxPeachtree*, nov. 2011. Disponível em: <https://www.ted.com/talks/frans_de_waal_do_animals_have_morals?language=pt-br>. Acesso em: 10 fev. 2016.
- EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Soja em números (safra 2015/2016)*. Brasília: Embrapa, 2016. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/soja/cultivos/soja1/dados-economicos>>. Acesso em: 13 fev. 2017.
- ENFERMEIRA mata cachorro Yorkshire na pancada em Goiânia. *JB News*, 16 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/fotos-e-videos/video/2011/12/16/enfermeira-mata-cachorro-yorkshire-na-pancada-em-goiania/>>. Acesso em: 7 jul. 2012.
- FELIPE, S. Abolicionistas, bem-estaristas, socorristas. *Anda*, 26 dez. 2011. Disponível em: <www.anda.jor.br/26/12/2011/abolicionistas-bem-estaristas-socorristas>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- GARBER, M. *Amor de cão*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GOIÁS é o 11º estado brasileiro a proibir circos com animais. *Catraca Livre*, 26 jan. 2015. Disponível em: <<https://catracalivre.com.br/geral/mundo-animais/indicacao/goias-e-o-11o-estado-brasileiro-a-proibir-circos-com-animais/>>. Acesso em: 26 jan. 2016.
- GORETH, C. Liminar obriga município a recolher animais abandonados nas ruas. *Portal Ministério Público do Estado de Mato Grosso*, 18 nov. 2015. Disponível em: <<https://www.mpmt.mp.br/conteudo.php?sid=58&cid=68244&parent=58>>. Acesso em: 4 jan. 2016.
- HARE, B.; WOODS, V. *Seu cachorro é um gênio: como os cães são mais inteligentes do que se pensa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2012.

- INGOLD, T. Humanity and animality. In: INGOLD, T. (Ed.). *Companion encyclopedia of anthropology*. Tradução de Vera Pereira. London: Routledge, 1994. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_28/rbcs28_05.htm>. Acesso em: 12 fev. 2017.
- KING, B. *O que sentem os animais?* Rio de Janeiro: Odisseia, 2014.
- LATOUR, B. Redes, sociedades, esferas: reflexões de um teórico ator-rede. *Informática na Educação: Teoria & Prática*, v. 16, n. 1, p. 23-36, 2013.
- LEWGOY, B. et al. Domesticando o humano: para uma antropologia moral da proteção animal. *Ilha – Revista de Antropologia*, v. 17, n. 2, p. 75-100, ago./dez. 2015.
- MULLER, B. Debates interseccionais e veganismo: parte I – o especismo está à porta. *Anda*, 26 out. 2015. Disponível em: <<http://www.anda.jor.br/26/10/2015/debates-interseccionais-veganismo-i-especismo-porta>>. Acesso em: 28 jan. 2016.
- NACONECY, C. M. Bem-estar animal ou libertação animal? *Revista Direito Animal*, v. 4, n. 5, p. 235-268, 2009.
- OLIVEIRA, N. Invasão ao prédio do Instituto Royal em São Roque completa um ano. *G1*, 18 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2014/10/invasao-ao-predio-do-instituto-royal-em-sao-roque-completa-um-ano.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.
- PAIS, J. M. *Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas*. Lisboa: Ambar, 2006.
- PANDOLFO, A. *Responsabilidade civil do município frente ao abandono de animais*. 2010. Dissertação (Bacharelado em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, São José, 2010.
- PETROLI, V. Mato Grosso conta com 10 municípios entre os maiores produtores de gado do Brasil. *Agro Olhar*, 3 set. 2016. Disponível em: <<http://www.olhardireto.com.br/agro/noticias/exibir.asp?noticia=mato-grosso-counta-com-10-municipios-entre-os-maiores-produtores-de-gado-do-brasil&id=24125>>. Acesso em: 28 jan. 2017.

- PICHONELLI, M. Vem aí a bancada do pet. *Carta Capital*, 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/politica/vem-ai-a-bancada-do-pet/>>. Acesso em: 9 jan. 2012.
- PINKER, S. *Os anjos bons da nossa natureza: por que a violência diminuiu*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- POMAR, W. Planejar para vencer. In: PEREIRA, H. et al. (Orgs.). *Como agarrar seu eleitor: manual de campanha*. São Paulo: Editora Senac, 1995.
- PRADA, I. *A questão espiritual dos animais*. São Paulo: FE Editora, 2011.
- RITTO, C.; ALVARENGA, B. A casa agora é deles. *Veja*, n. 2429, p. 71-77, 2015.
- SERRES, M. *O contrato natural*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.
- SILVA, L. B. *David Hume e a simpatia: em busca de uma ética não antropocêntrica*. 2013. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- SINGER, P. *Ética prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- SMUTS, B. Resposta a Coetzee. In: COETZEE, J. M. (Org.). *A vida dos animais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SOUZA, R. F. Duas imagens anti-interseccionais de setembro de 2016. *Veganagente*, 23 nov. 2016. Disponível em: <<http://veganagente.com.br/imagens-anti-interseccionais-veganismo-interseccional/#.WJrdgPkrLIU>>. Acesso em: 6 fev. 2017.
- TEMPO de vida dos animais. *Saúde Animal*, 2010. Disponível em: <<http://www.saudeanimal.com.br/artigo52.htm>>. Acesso em: 10 maio 2015.
- THE VEGAN SOCIETY. *About us*. Birmingham: The Vegan Society, 2016. Disponível em: <<https://www.vegansociety.com/about-us/history>>. Acesso em: 1º fev. 2017.
- THOMAS, K. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500 – 1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- VEGETARIAN SOCIETY. *History of the vegetarian society*. Altrincham: Vegetarian Society, 2016. Disponível em: <<https://www.vegsoc.org/history>>. Acesso em: 1º fev. 2017.

WALDAU, P. *Animal studies: an introduction*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

WORLD ANIMAL PROTECTION. *Animais de produção*. São Paulo: World Animal Protection, 2015. Disponível em: <<http://www.worldanimalprotection.org.br/nosso-trabalho/animais-de-producao>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

Resumo

Na história ocidental, os animais serviam, por oposição, à concepção de humanidade. Os homens eram os únicos a pensar, ter consciência, falar e, principalmente, ser um animal político. Diversos episódios recentes do cenário político, entretanto, mostram que os movimentos de proteção animal, a ascensão de novas sensibilidades e a pressão da população têm exercido influência no poder público, com a instituição do voto pró-animais. Nesse cenário, a partir da análise de casos de repercussão nacional e de episódios específicos do estado de Mato Grosso, este artigo analisa a ampliação da participação dos animais nas instâncias políticas.

Palavras-chave: movimentos sociais; política; estudos animais.

Abstract

In Western history, animals were used, by opposition, to define the concept of humanity. Men were the only ones to think, be conscious, talking and especially being a political animal. Several recent episodes from the political scene, however, shown that the animal protection movement, the rise of new sensibilities and population pressure have exerted influence in government with the establishment of the pro-animal vote. In this scenario, based on the analysis of cases of national impact and specific episodes of Mato Grosso, this article examines the increased participation of animals in political movements and investigates the redefinition of humanity and animality parameters that this new reality has driven.

Keywords: social movements; politics; animal studies.

Recebido em 18 de março de 2016.

Aprovado em 10 de fevereiro de 2017.